

## COMPARAÇÃO ENTRE AS REGIONALIZAÇÕES DO IBGE DE 1990 E 2017 EM MINAS GERAIS: BREVES DISCUSSÕES<sup>1</sup>

**Marina Gabriele Amarante Santos<sup>2</sup>**

*Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)*

**Ana Márcia Moreira Alvim<sup>3</sup>**

*Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)*

### Resumo

Como citar:

SANTOS, M. G. A.; ALVIM, A. M. M.  
Comparação entre as regionalizações do IBGE de 1990 e 2017 em Minas Gerais: breves discussões. **Revista Geografia em Atos** (Online), v. 6, n. 2, Ano 2022. p. 200-224.  
DOI:  
<https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.9084>

**Recebido em:** 2021-12-20

**Devolvido para correções:** 2022-06-20

**Aceito em:** 2022-07-20

**Publicado em:** 2022-09-22

Em 2017 foi realizada, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, uma nova regionalização do território brasileiro, as denominadas regiões geográficas intermediárias e imediatas, em substituição às mesorregiões e microrregiões de 1990. Diante disso, o objetivo geral da pesquisa é comparar as regionalizações de 1990 e 2017 do IBGE considerando a hierarquia urbana do Estado de Minas Gerais constante no IBGE (2008). A hipótese da pesquisa é de que o IBGE levou em consideração, na nova regionalização, as redes urbanas, a hierarquia das cidades e as áreas conurbadas entre os municípios. Metodologicamente, este trabalho pautou-se na leitura das duas regionalizações e referenciais teóricos da área de Geografia Regional. Na regionalização de 1990 foram identificadas para Minas Gerais 12 mesorregiões e 66 microrregiões, já na de 2017, 13 regiões geográficas intermediárias e 70 regiões geográficas imediatas. Os limites das regiões mudaram, afinal, as relações entre os municípios se alteraram em função do processo de urbanização, do crescimento econômico, das políticas públicas, da Constituição de 1988 e das áreas conurbadas, modificando a organização do território brasileiro.

**Palavras-chave:** Regionalizações; Regiões Geográficas; Mesorregiões e Microrregiões; Hierarquia de Cidades

<sup>1</sup> Este artigo foi originalmente publicado nos Anais da XXI Semana de Geografia da FCT/UNESP: Outras Geografias e (a)diversidades: experiências e potencialidades ocorrida em 2021 e passou por revisões e melhorias para publicação nesta edição especial.

<sup>2</sup> Geógrafa e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

E-mail: [amarantemarinageo@gmail.com](mailto:amarantemarinageo@gmail.com)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-6190-659X>

<sup>3</sup> Doutora, Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia-Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

E-mail: [ammalvim@gmail.com](mailto:ammalvim@gmail.com)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-4749-7224>

## COMPARICI N DE LAS REGIONALIZACION ES DEL IBGE DE 1990 Y 2017 EN MINAS GERAIS: BREVE DISCUSIÓN

### Resumen

En 2017, el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística realizó una nueva regionalización del territorio brasileño, las denominadas regiones geográficas intermedias e inmediatas, en sustitución de las mesorregiones y microrregiones de 1990. Por lo tanto, el objetivo general de la investigación es comparar las regionalizaciones de 1990 y 2017 del IBGE considerando la jerarquía urbana del Estado de Minas Gerais contenida en el IBGE (2008). La hipótesis de la investigación es que el IBGE tuvo en cuenta, en la nueva regionalización, las redes urbanas, la jerarquía de las ciudades y las áreas conurbadas entre los municipios. Metodológicamente, este trabajo se basó en la lectura de las dos regionalizaciones y referentes teóricos en el área de Geografía Regional. En la regionalización de 1990 se identificaron 12 mesorregiones y 66 microrregiones para Minas Gerais, mientras que en la de 2017 se identificaron 13 regiones geográficas intermedias y 70 regiones geográficas inmediatas. Los límites de las regiones cambiaron, después de todo, las relaciones entre los municipios cambiaron debido al proceso de urbanización, el crecimiento econ mico, las políticas públicas, la Constitución de 1988 y las áreas conurbadas, modificando la organización del territorio brasileño.

**Palabras clave:** Regionalizaciones; Regiones geográficas; Mesorregiones y microrregiones; Jerarquía de Ciudades

## COMPARISON BETWEEN IBGE'S 1990 AND 2017 REGIONALIZATIONS IN MINAS GERAIS: BRIEF DISCUSSIONS

### Abstract

In 2017, the Brazilian Institute of Geography and Statistics carried out a new regionalization of the Brazilian territory, the so-called intermediate and immediate geographic regions, replacing the mesoregions and microregions of 1990. Therefore, the general objective of the research is to compare the regionalizations of 1990 and 2017 of the IBGE considering the urban hierarchy of the State of Minas Gerais contained in the IBGE (2008). The research hypothesis is that the IBGE took into account, in the new regionalization, the urban networks, the hierarchy of cities and the conurbated areas between the municipalities. Methodologically, this work was based on the reading of the two regionalizations and theoretical references in the area of Regional Geography. In the 1990 regionalization, 12 mesoregions and 66 microregions were identified for Minas Gerais, while in the 2017, 13 intermediate geographic regions and 70 immediate geographic regions were identified. The limits of the regions have changed, after all, the relations between the municipalities have changed due to the urbanization process, economic growth, public policies, the 1988 Constitution and conurbated areas, modifying the organization of the Brazilian territory.

**Keywords:** Regionalizations; Geographic Regions; Mesoregions and Microregions; Hierarchy of Urban Centers

## Introdução

Região e Geografia Regional são respectivamente termo e subárea do conhecimento da Geografia, ambos essenciais para a compreensão das inúmeras regionalizações propostas pelos agentes governamentais. Regionalizar, no seu sentido mais amplo, significa compartimentar o território para devidos fins, sejam eles econômicos, culturais, políticos, sanitários, administrativos, dentre outros.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) elaborou várias regionalizações do território nacional no intuito de assistir os governos federal e dos Estados brasileiros na gestão do território, tendo sido a compartimentação do território por Mesorregiões e Microrregiões Geográficas publicada em 1990 a vigente até 2016. Em 2017, o IBGE divulgou nova regionalização, desta vez, por regiões geográficas em substituição a antiga subdivisão do território brasileiro concebida pelo mesmo órgão em 1990. Os municípios foram agregados em Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, as quais substituem, respectivamente, as Mesorregiões e Microrregiões. Substituem e logo modificam os limites regionais. Por isso, tem-se por objetivo, neste artigo, comparar as regionalizações de 1990 e 2017 do IBGE, considerando a hierarquia urbana do Estado de Minas Gerais constante no REGIC, (IBGE, 2008). Especificamente, discutiu-se os conceitos de região, análise regional e regionalizações para servirem de aporte teórico à pesquisa.

Dentre os inúmeros aspectos que podem ser considerados na elaboração de uma nova compartimentação do território, destaca-se as redes urbanas e a hierarquia das cidades, por isso, optou-se por considerá-la a partir do documento Região de Influência das Cidades (REGIC/IBGE, 2008). Nesse consta a classificação das cidades e aglomerações urbanas brasileiras em diferentes níveis hierárquicos. Entretanto, para as Unidades da Federação, inclusive Minas Gerais, nele não foram explicitadas todas as cidades que compõem cada um dos níveis hierárquicos, especificamente, os centros de zona e os centros locais. Por isso, optou-se por considerar parcialmente as medianas utilizadas no REGIC com vistas a identificar quantas e quais cidades compõem estes dois últimos níveis.

Diante das questões anteriormente apresentadas, foi formulada a seguinte hipótese: De uma regionalização a outra (1990 e 2017) o IBGE levou em consideração as mudanças sociais, econômicas e ambientais ocorridas nos municípios e ao propor a regionalização por

regiões geográficas em 2017 se atentou a área de influência das cidades e/ou municípios e as redes urbanas, processo que ora incorporou ou suprimiu áreas circunvizinhas, antes tratada de aglomeração urbana, na regionalização da década de 1990.

A relevância da pesquisa reside no fato de que compreender as subdivisões do território a partir de critérios, sejam eles socioeconômicos, ambientais ou culturais, permite aos estudantes e/ou pesquisadores ter uma análise de conjunto. Comparar as duas regionalizações possibilita que estes percebam que a organização do território é processual, ou seja, sofre mudanças ao longo do tempo que conduzem a novas regiões quando se procura identificar semelhanças e diferenciações no território. No caso das regionalizações por mesorregiões, microrregiões e regiões geográficas foram respeitados os limites políticos-administrativos dos municípios, com vistas a contribuir para a melhor gestão do território, entretanto, a área de influência das Unidades da Federação foi extrapolada, demonstrando a relação entre estas.

Comparar as duas regionalizações, com o intuito de identificar suas diferenças e semelhanças, faz parte do esforço de se compreender as mudanças ocorridas no território mineiro nas últimas décadas, além, é claro, de buscar identificar alguns dos fatores que foram levados em consideração para elaboração da nova regionalização. Ademais, menciona-se que a associação entre as regionalizações propostas pelo IBGE em 1990 e 2017 e a hierarquia de cidades de Minas Gerais podem contribuir para futuros estudos sobre a organização do território.

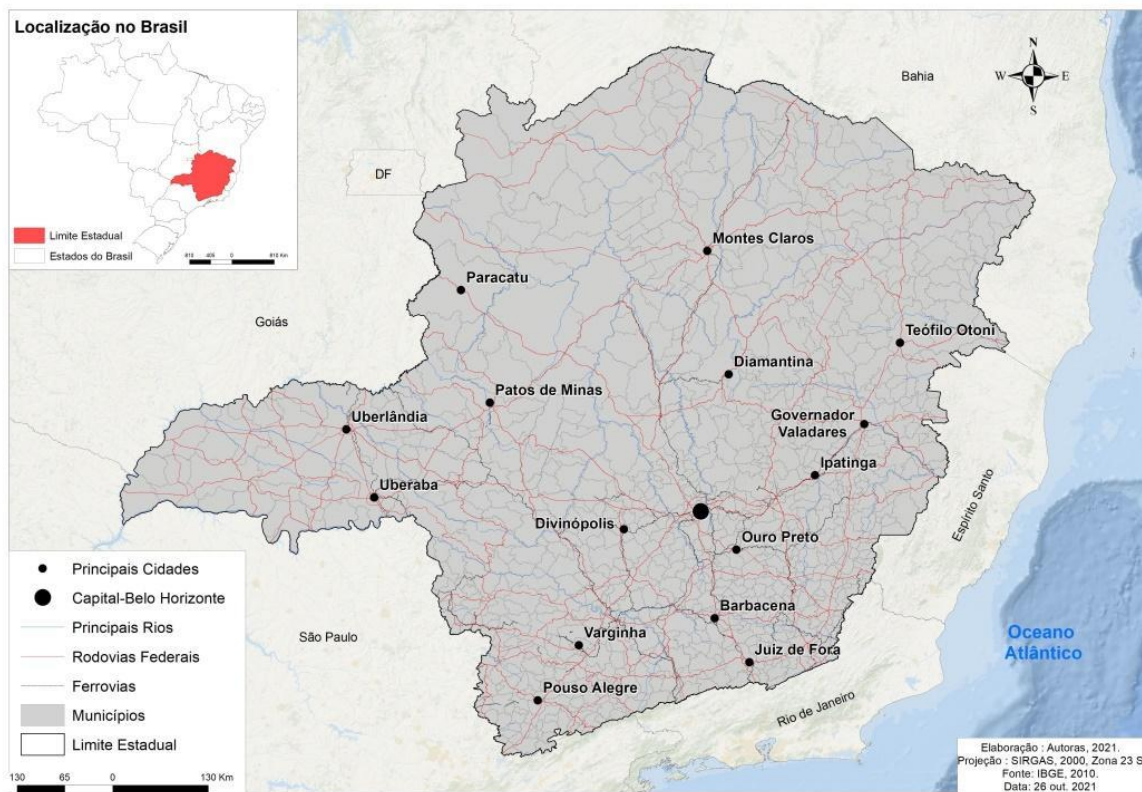
### **Procedimentos Metodológicos**

Em um primeiro momento é importante realizar uma breve contextualização de Minas Gerais, uma unidade da federação localizada na porção sudeste do Brasil, que faz limite com os seguintes estados: Bahia a norte, Espírito Santo a leste, Rio de Janeiro a sudeste, São Paulo a sudoeste e Goiás a oeste (Figura 1). Ao traçar um perfil de norte a sul no estado mineiro, pode-se perceber diversas discrepâncias, seja no que concerne às questões físico-naturais, como clima, solo, seja aos aspectos socioeconômicos tais como dimensão demográfica, urbanização e renda da população.

Por exemplo, a porção nordeste de Minas Gerais, limítrofe ao Estado da Bahia, é marcada por um clima seco, que impacta também em sua vegetação, que é do tipo arbustiva

ou arbórea, além de possuir um histórico de diversos estigmas: pobreza, precariedade habitacional, dentre outros. Já a porção sul, é conhecida na literatura pela produção de produtos diferenciados e de alta especialidade tecnológica, estando nas proximidades de São Paulo, principal pólo econômico e tecnológico do país.

**Figura 1.** Localização de Minas Gerais (BR)-2021



Fonte: AUTORAS (2021).

Na Figura 1 foram destacados alguns dos principais pólos regionais de Minas Gerais, quais sejam: Montes Claros a norte, Diamantina a nordeste, Teófilo Otoni, Governador Valadares e Ipatinga a leste, Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas e Paracatu a oeste, Ouro Preto a sudeste da capital, Pouso Alegre, Varginha a sul, Barbacena e Juiz de Fora a sudeste, além da capital Belo Horizonte, situada na porção central do estado (cidade de maior centralidade no Estado), Figura 1.

Para alcançar objetivo geral da pesquisa, comparar as regionalizações realizadas pelo IBGE em 1990 e 2017, com vistas a identificar os possíveis intuitos de se compartimentar o

território mineiro de maneira diferenciada, formulou-se os seguintes procedimentos metodológicos: I) busca de referenciais teóricos, II) elaboração dos mapeamentos, III) definição da quantidade de municípios por nível hierárquico e IV) análise de resultados.

I) A primeira etapa foi subdividida em duas temáticas: busca de referenciais a respeito de região e análise regional e sobre as regionalizações do IBGE em mesorregiões, microrregiões e regiões geográficas. Para discutir os conceitos de região e análise regional, utilizou-se os pressupostos teóricos dos seguintes autores: Dollfus (1978), Ferreira (1986), Corrêa (2003; 2007), Diniz e Batella (2005), Lencioni (2009), Amorim Filho (2006) e Soares (2015). O debate acerca da compartimentação do território de Minas Gerais em mesorregiões, microrregiões e regiões geográficas intermediárias e imediatas foi realizado a partir das ideias de Diniz e Batella (2005), Haesbert (2010; 2020), Bordieu (2012), IBGE (2015; 2017) e Bertolucci (2019).

II) Na segunda etapa, elaborou-se mapas de Minas Gerais, no software livre *QGis* (Quantum Gis) versão 3.18.1, utilizando-se bases de dados do IBGE (1991, 2010 e 2017). Com o primeiro mapa tinha-se o intuito de demonstrar a localização do Estado de Minas Gerais no Brasil. Com o segundo mapeamento, comparou-se as regionalizações de mesorregiões e de regiões geográficas intermediárias em Minas Gerais, e, com o terceiro, sobrepôs-se os limites territoriais destas para identificar as alterações ocorridas nesta nova regionalização. No quarto e último mapa gerado, comparou-se a população de Minas Gerais em 1991, ano do recenseamento na década de 1990, com o último recenseamento gerado pelo IBGE em 2010.

III) Na terceira etapa realizou-se a contagem da quantidade de cidades e ou municípios<sup>1</sup> que integra cada um dos níveis da hierarquia de Minas Gerais proposta pelo IBGE no REGIC 2007, quais sejam: metrópoles, capitais regionais, centros sub-regionais, centros de zona e centros locais. A definição da quantidade de cidades e/ou municípios que compõem estes níveis hierárquicos seguiu a lógica do porte demográfico utilizada pelo IBGE em seu documento *Região de Influências das Cidades* (IBGE, 2008, p. 11-13). Adotou-se a mediana de população definida por este órgão estatístico para cada um dos níveis do Quadro

---

<sup>1</sup> Optou-se por distinguir cidades de municípios pelo fato dos dados utilizados, cuja fonte é o IBGE, serem de origem municipal.

1, por exemplo: no texto do REGIC consta que as Capitais Regionais A são integradas por cidades “com medianas de 955 mil habitantes” e os Centros de Zona B por cidades “com medianas de 23 mil habitantes” (IBGE, 2008, p. 11-13). Para fins de consulta, o destrinchamento da quantidade de população existente em cada nível hierárquico está presente no penúltimo tópico deste artigo, intitulado “tecendo algumas discussões sobre os motivos de se elaborar uma nova regionalização”.

Tendo como base as informações textuais do documento REGIC exemplificadas anteriormente, foram definidos os intervalos de classe do Quadro 1 para a contagem da quantidade de -unidades espaciais em cada um dos níveis que compõem a hierarquia urbana de Minas Gerais e, neste processo, foram levados em consideração todos os 853 municípios do Estado de Minas Gerais.

<b>Quadro 1. Definição da quantidade de municípios de Minas Gerais por nível hierárquico</b>	
<b>NÍVEL HIERÁRQUICO</b>	<b>INTERVALO DE CLASSE</b>
<b>Centros Locais</b>	De 0 - 9.999 mil habitantes
<b>Centros de Zona B</b>	De 10 mil habitantes - 29 mil habitantes
<b>Centros de Zona A</b>	De 30 mil habitantes - 60 mil habitantes
<b>Centro Sub-Regional A</b>	De 61 mil habitantes - 75 mil habitantes
<b>Centro Sub-Regional B</b>	De 76 mil habitantes - 95 mil habitantes
<b>Capital Regional C</b>	De 96 mil habitantes a 250 mil habitantes
<b>Capital Regional B</b>	De 251 mil habitantes - 435 mil habitantes
<b>Capital Regional A</b>	De 436 mil de habitantes - 955 mil de habitantes
<b>Metrópole</b>	De 955 mil habitantes- valor indeterminado

Fonte: IBGE (2008, p.11-13); Organização: AUTORAS (2021).

IV) A quarta parte da pesquisa pautou-se na análise dos resultados, que foi realizada com base nos mapeamentos propostos e na breve contextualização de Minas Gerais quanto a sua rede urbana, áreas conurbadas, mudança de seus eixos rodoviários e do fato de que a Constituição de 1988 concedeu aos municípios brasileiros a opção de modificar seus territórios, seja incorporando, desagregando, emancipando ou subdividindo unidades espaciais diversas como os municípios e distintas regiões geográficas.

## Região e Análise Regional

O debate acerca de região e Análise Regional ultrapassa o escopo da definição de região, podendo ser discutido até o próprio cerne da disciplina Geografia. A etimologia da palavra região, segundo o dicionário Aurélio provém do latim “regere”, que significa domínio e poder (FERREIRA, 1986, p.1474). Sendo assim, entende-se a região como uma delimitação político-administrativa, que possui certa autonomia a nível local, mas que subordina-se a poderes de maiores ordens centrais (DINIZ; BATELLA, 2005, p. 60). A região na visão de Corrêa (2003) é um conceito, diferente de outros autores, como Dollfus (1978), que a consideram como uma categoria de análise. Para Corrêa (2003):

“[...] a região deve ser vista com o um conceito intelectualmente produzido. Partimos da realidade, claro, mas a submetemos à nossa elaboração crítica, na sequência, procurando ir além da sua apreensão em bases puramente sensoriais. Procuramos captar a gênese, a evolução e o significado do objeto, a região” (CORRÊA, 2003, p.22).

O conceito de região difere-se nas correntes de pensamento da geografia tradicional, teórica-quantitativa, crítica e humanística-cultural. No presente trabalho adotam-se as concepções humanístico-culturais, em que o espaço e a região adquirem significado de espaço vivido, quando se considera as relações de um grupo ou povo neste espaço, por meio de seus experimentos, simbolismos e lutas (CORRÊA, 2007, p. 31). Entretanto, pode-se considerar a região como resultado do processo de classificação e hierarquização do espaço, independente da corrente de pensamento a ser adotada. A noção de classificação é pautada no agrupamento de itens semelhantes, de acordo com suas relações e propriedades (SOARES, 2015, p. 29). Lencioni (2009) discute o conceito de região a partir na noção desta ser parte integrante de uma unidade espacial maior, que representaria o “todo”:

O conceito de região está vinculado à ideia de parte de um todo. Nesse sentido, conduz diretamente à ideia de divisão e a questão da dimensão das partes. Mas, cada parte é igualmente parte de um todo, mas também se constitui numa totalidade. Essa possibilidade de ser, ao mesmo tempo, parte e todo só pode ser compreendida se tomarmos a concepção dialética da totalidade; considerando-a como uma totalidade aberta e em movimento (LECIONI, 2009, p. 27-28).

A partir das ideias de Lencioni (2009) entende-se que a noção de região deve ser entendida por meio da mudança de escalas, isto é, da parte ao todo. Dollfus (1978) acrescenta



o fato de que o “espaço regional não é uma porção qualquer da superfície terrestre [...]. É uma porção organizada de acordo com um sistema e que se insere num conjunto mais vasto”. O espaço regional é estudado por inúmeras áreas do conhecimento, inclusive pela disciplina geográfica de Análise Regional, que possui como objeto de estudo, na concepção de Dollfus (1978):

[...] a área de extensão de um fenômeno susceptível de conferir individualidade a uma parte do espaço; implica o estudo do mecanismo dos processos que se combinam em sistemas que por sua vez explicam a criação, o crescimento e o desaparecimento de uma região. Mas implica também, como toda pesquisa geográfica, o estabelecimento de comparações. Os estudos regionais não consistem apenas em monografias [...] Esses estudos exigem igualmente que cada fenômeno seja situado no interior de uma escala e que se observem as relações estabelecidas nos diferentes níveis, desde as combinações locais até os grandes conjuntos espaciais. (DOLLFUS, 1978, p.107).

A Análise Regional fundamenta-se no princípio da diferenciação de áreas existente na atividade geográfica, desde os gregos clássicos, que foram adotados por Alfred Hettner, na escola alemã (SOARES, 2015, p. 32). Na abordagem regionalista, em especial da escola francesa, analisa-se pequenas extensões territoriais, que interligam aspectos físicos, sociais, demográficos e culturais à região a ser estudada (AMORIM FILHO, 2006, p. 15). Desse modo, entende-se que a análise do espaço, especificamente aquela destinada ao espaço regional, agrega aspectos físicos e culturais que podem ser identificados pelas diferentes paisagens existentes no espaço urbano-regional. O espaço urbano-regional pode ser compartimentado com diversos fins, dentre eles, o administrativo, que foi levado em consideração pelo IBGE ao formular as regionalizações que serão mencionadas no tópico seguinte.

### **Regionalizações do IBGE: Mesorregiões e Microrregiões (1990) e Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas (2017)**

As regionalizações para Bourdieu (2012) integram uma noção de poder engendrada pelos agentes representativos do Estado e pelas classes dominantes que desejam instaurar a noção de ordem e de administração do território. De acordo com Haesbert (2010) a Região, é um recorte e classificação do espaço, e, portanto, sempre que regionaliza-se, algumas concepções são priorizadas em detrimento a outras. Foram muitas às regionalizações

realizadas pelo IBGE, a saber: Zonas Fisiográficas em 1941, Microrregiões Homogêneas em 1969, Regiões Funcionais Urbanas em 1972 (DINIZ; BATELLA, 2005, p. 64-70), mesorregiões e microrregiões em 1990 e Regiões Geográficas em 2017, e, esta pesquisa dará enfoque às duas últimas regionalizações supracitadas.

Em 1990 o IBGE realizou a compartimentação do Brasil em mesorregiões e microrregiões, apresentadas no trabalho intitulado “Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas”. Neste, a mesorregião é definida pelo IBGE (2015) como:

[...] uma área individualizada em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial (IBGE, 2015, p.1).

A nomenclatura das mesorregiões se relacionava as características fisiográficas, culturais e socioambientais da região, a exemplo: mesorregião Vale do Rio Doce, se remetendo a bacia do Rio Doce existente nesta área. A partir das mesorregiões, foram definidas as microrregiões, entendidas como “partes das mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do espaço” (IBGE, 2015, p. 1). Tais especificidades estão relacionadas às atividades produtivas existentes em cada unidade da federação, tais como: agropecuária, industrial, dentre outras. Como expresso por Diniz e Batella (2005) o processo de elaboração das mesorregiões e microrregiões “adotou um critério híbrido que contemplou, ao mesmo tempo, preocupações explicitamente humanistas, como uma busca pela identidade regional, sem perder de vista o arsenal metodológico da geografia teórico-quantitativa”, etapa que foi marcada pela interdependência entre os municípios e pela homogeneidade matemática.

O recorte realizado pelo IBGE em 2017 em Regiões Geográficas, por sua vez, foi pautado na rede urbana e seus elementos concretos: hierarquização de centros e sub-centros regionais, fluxos de bens, mercadorias, pessoas e de gestão do território, dentre outros. A nova regionalização acompanhou as mudanças ocorridas no Brasil, e logo em Minas Gerais, nas três últimas décadas. No lugar das antigas mesorregiões e microrregiões, o órgão propôs Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, respectivamente.

Os nomes destinados às Regiões Geográficas Intermediárias têm a intenção de ressaltar o maior polo da hierarquia urbana de cada uma delas, no intuito de demonstrar a articulação entre as cidades (IBGE, 2017, p, 1-3). É diferente da regionalização de 1990, na regionalização de 2017 primeiro foram definidas as menores unidades espaciais (as regiões geográficas imediatas), que foram agrupadas em áreas intermediárias, as ditas Regiões Geográficas Intermediárias.

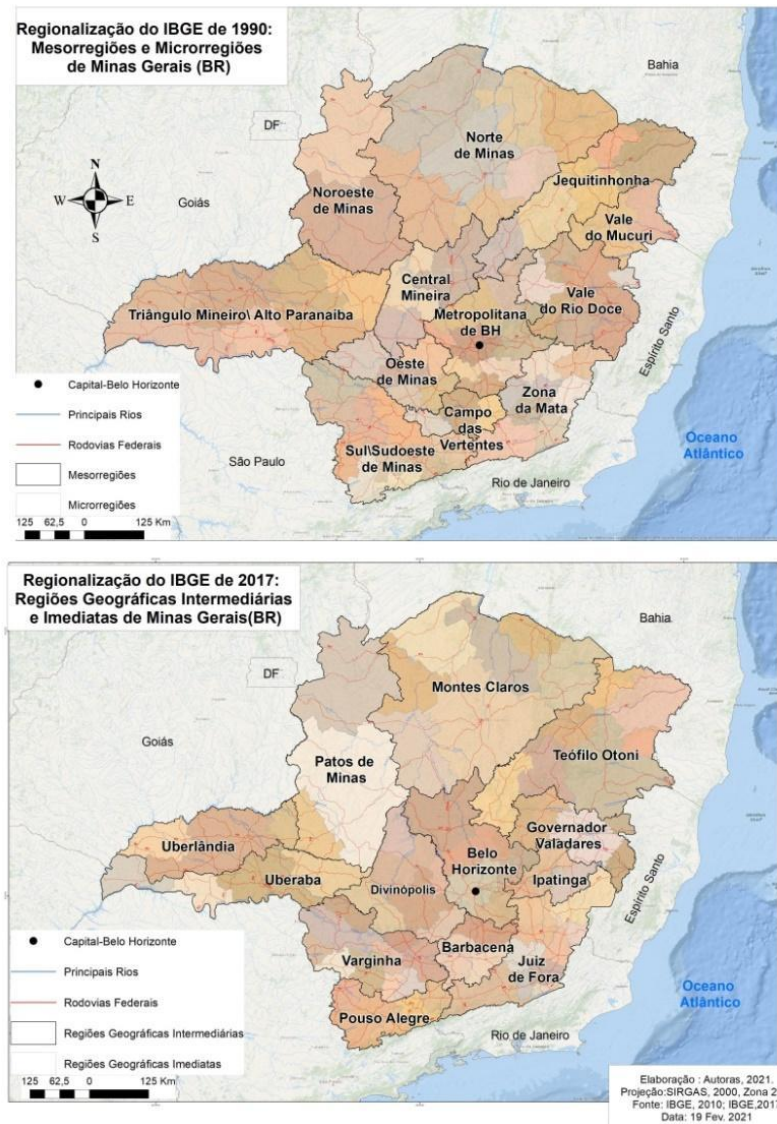
A regionalização por Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias foi feita devido a interesses políticos-administrativos e de planejamento urbano-regional, assim como a maioria das regionalizações brasileiras (HAESBERT, 2020, p. 15). A regionalização de 2017 levou em consideração estudos do IBGE anteriores, são eles: Regiões de Influência de Cidades de 2007, Divisão Urbano-Regional de 2013, Gestão do Território e Logística dos Transportes do Brasil de 2014, Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas de 2016, no intuito de reestruturar o território levando em consideração as mudanças socioespaciais das 3 últimas décadas.

As propostas de regionalização anteriores à regionalização de 2017 em regiões geográficas imediatas e intermediárias segundo Bertolucci (2019) “contavam com suas zonas de influência socioeconômica restritas a unidade da federação”, mesmo quando a interação econômica e demográfica demonstrava que a área de atuação dos municípios excedia os limites estaduais.

### **Mesorregiões e Microrregiões (1990) e Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas (2017) do IBGE em Minas Gerais**

Em relação às unidades espaciais utilizadas para analisar os Estados do Brasil, inclusive Minas Gerais, cita-se principalmente os municípios, as mesorregiões, e as Regiões Geográficas, todas estabelecidas pelo IBGE em 1990 e 2017 (Figura 2).

**Figura 2.** Comparação de regionalizações em Minas Gerais-1990 e 2017



**Fonte:** IBGE (2010; 2017) **Organização:** AUTORAS (2021).

A regionalização do IBGE em mesorregiões e microrregiões subdividiu o Estado de Minas Gerais em 12 mesorregiões e 66 microrregiões. As 12 mesorregiões estabelecidas pelo IBGE na década de 1990 foram: Norte de Minas, Noroeste de Minas, Central Mineira, Triângulo Mineiro, Vale do Rio Doce, Vale do Mucuri, Jequitinhonha, Zona da Mata, Campo das Vertentes, Oeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas e Metropolitana de Belo Horizonte (Figura 2 e Quadro 2).

<b>Quadro 2. Regiões geográficas intermediárias e imediatas de Minas Gerais- 2017</b>	
<b>REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA</b>	<b>REGIÕES GEOGRÁFICAS IMEDIATAS</b>
<b>Belo Horizonte</b>	Belo Horizonte, Sete Lagoas, Santa-Bárbara, Ouro Preto, Curvelo, Itabira.
<b>Montes Claros</b>	Montes Claros, Janaúba, Salinas, Januária, Pirapora, São Francisco, Espinosa.
<b>Teófilo Otoni</b>	Teófilo Otoni, Capelinha, Almenara, Diamantina, Araçuaí, Pedra Azul, Águas Formosas.
<b>Governador Valadares</b>	Governador Valadares, Gunhães, Mantena, Aimorés-Resplendor.
<b>Ipatinga</b>	Ipatinga, Caratinga e João Monlevade.
<b>Barbacena</b>	Barbacena, São João Del Rey e Conselheiro Lafaiete.
<b>Varginha</b>	Varginha, Passos, Alfenas, Lavras, Guaxupé, Três Corações, Três Pontas, São Sebastião do Paraíso, Campo Belo e Píhumi.
<b>Pouso Alegre</b>	Pouso Alegre, Poços de Caldas, Itajubá, São Lourenço e Caxambu.
<b>Uberaba</b>	Uberaba, Araxá, Frutal e Iturama.
<b>Uberlândia</b>	Uberlândia, Ituiutaba e Monte Carmelo.
<b>Patos de Minas</b>	Patos, Unaí e Patrocínio.
<b>Divinópolis</b>	Divinópolis, Formiga, Dolores do Indaiá, Pará de Minas, Oliveira e Abaeté.
<b>Juiz de Fora</b>	Juiz de Fora, Manhuaçu, Ubá, Ponte Nova, Muriaé, Cataguases, Viçosa, Carangola, São João Nepomuceno-Bicas.

**Fonte:** IBGE (2017); **Organização:** AUTORAS (2021).

Na regionalização por Regiões Geográficas proposta pelo IBGE, por sua vez, o território mineiro foi subdividido pelas seguintes 13 Regiões Geográficas Intermediárias cujos nomes remetem ao polo regional: Belo Horizonte, Montes Claros, Teófilo Otoni, Governador Valadares, Ipatinga, Varginha, Pouso Alegre, Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Juiz de Fora e Divinópolis, (Figura 2 e Quadro 2). As 13 Regiões Geográficas, também foram subdivididas assim como as mesorregiões, mas, ao invés de 66 microrregiões, foram identificadas nesta nova regionalização 70 regiões geográficas imediatas em Minas Gerais (Quadro 2).

E, com o intuito de identificar as mudanças ocorridas de uma regionalização para outra, elaborou-se o mapa da Figura 3, que demonstra, pontualmente, as alterações ocorridas no território mineiro. As mesorregiões Jequitinhonha (51 municípios) e Vale do Mucuri (23 municípios), foram agregadas, constituindo a Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni (86 municípios). Além destes 74 municípios oriundos da junção das mesorregiões Jequitinhonha e Vale do Mucuri, foram incorporados à Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni 12 municípios: Alvorada de Minas, Santo Antônio do Itambé, Serro, Serra Azul de Minas, Campanário, Itambacuri, Nova Módica, Pescador, São José do Divino, Água Boa, Divisa Alegre e Águas Vermelhas, totalizando 86 municípios integrantes desta região geográfica intermediária.

A mesorregião Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (66 municípios) foi subdividida em duas Regiões Geográficas Intermediárias: Uberlândia (24 municípios) e Uberaba (29 municípios) e sua porção leste, mais especificamente os municípios de Coromandel, Patrocínio, Guimarânia, Cruzeiro da Fortaleza, Serra do Salitre, Rio Paranaíba, São Gotardo, Matutina, Arapuá, Carmo do Paranaíba, Tocantins, Lagoa Formosa e Patos de Minas passaram a integrar uma nova região, a Região Geográfica Intermediária de Patos de Minas (Figura 3).

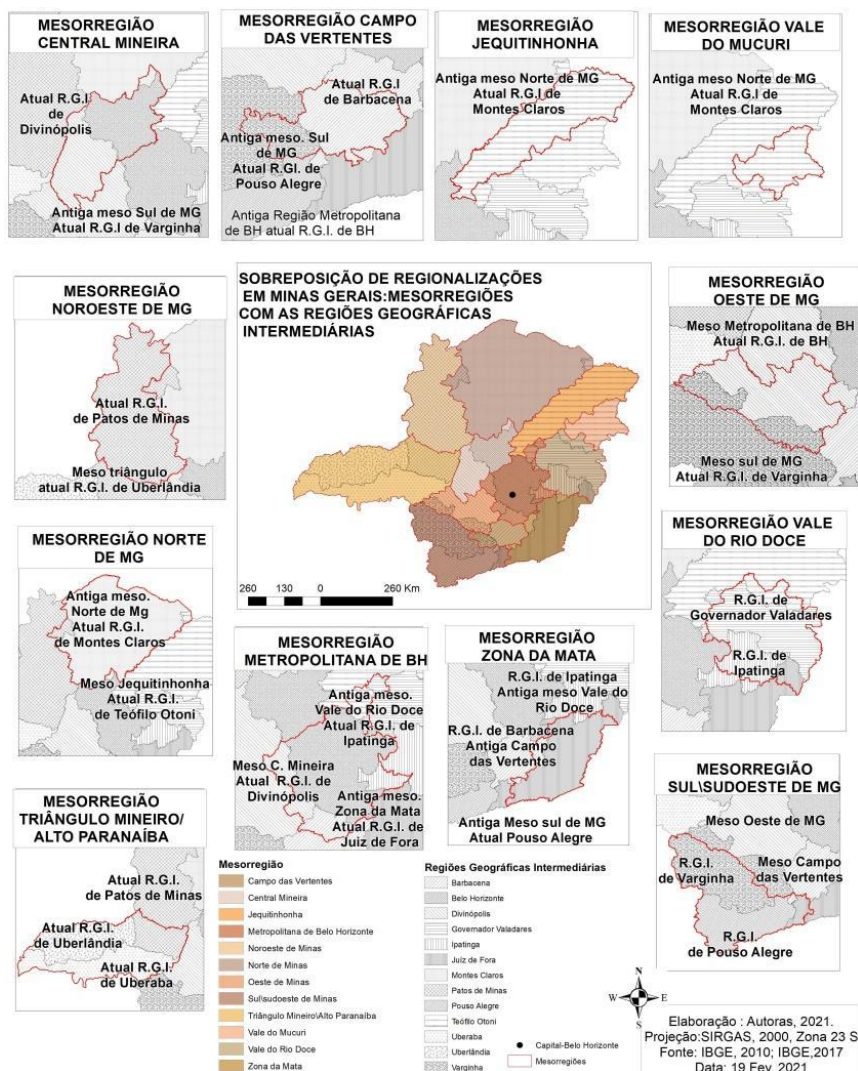
Os municípios da mesorregião Noroeste de Minas (19 municípios) foram incorporados à Região Geográfica Intermediária de Patos de Minas citada anteriormente, que totalizou 34 municípios integrantes de sua região intermediária. Como expresso, a nova Região Geográfica Intermediária de Patos de Minas, estendeu-se para a porção leste da antiga mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, incorporando os 13 municípios supracitados no parágrafo anterior, além dos municípios de Urucuia e Riachinho, localizados na mesorregião Norte de Minas na regionalização de 1990.

A mesorregião Norte de Minas (89 municípios) praticamente transformou-se na Região Geográfica Intermediária de Montes Claros (86 municípios), porém os municípios de Riachinho, Urucuia e Águas Vermelhas, não integram essa nova região. Como explicitado, os dois primeiros integram as Regiões Geográficas Intermediárias de Patos de Minas, e o último a Região Intermediária de Teófilo Otoni (Figura 3).

A mesorregião Oeste de Minas (44 municípios) ocupou parte das antigas mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte e Central Mineira, atuais Belo Horizonte e

Divinópolis, respectivamente. Os municípios provenientes da mesorregião Central Mineira são: Papagaios, Maravilhas, Pitangui, Onça do Pitangui, Pequi, Pará de Minas e São José de Varginha e 13 foram os municípios oriundos da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, a saber: Morada Nova de Minas, Biquinhas, Paineiras, Cedro do Abaeté, Pompéu, Abaeté, Pompéu, Quartel Geral, Serra da Saudade, Estrela do Indaiá, Dolores do Indaiá, Martinho Campos, Bom Despacho e Leandro Ferreira. Essas incorporações e/ou supressões espaciais supracitadas fizeram a mesorregião Oeste de Minas se transformar na atual Região Geográfica Intermediária de Divinópolis, (Figura 3).

**Figura 3.** Sobreposição de regionalizações em Minas Gerais: 1990 e 2017



Fonte: IBGE (2010; 2017) Organização: AUTORAS (2021).

A mesorregião Vale do Rio Doce (102 municípios) se compartimentou nas Regiões Geográficas Intermediárias de Governador Valadares (58 municípios) e Ipatinga (44 municípios). O extremo norte e a porção leste da antiga mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, especificamente os municípios de Rio Vermelho, Serra Azul de Minas, Santo Antônio do Itambé, Serro, Alvorada de Minas, Bela Vista de Minas, Nova Era, João Monlevade, Rio Piracicaba, São Domingos do Prata, Dionísio e São José do Goiabal foram incorporados à atual região geográfica intermediária de Governador Valadares. E os municípios de Raul Soares e Vermelho Novo, localizados na antiga mesorregião Zona da Mata, foram incorporados à parcela sul da mesorregião Vale do Rio Doce, atual Região Geográfica Intermediária de Ipatinga, (Figura 3).

A Mesorregião Zona da Mata (142 municípios) corresponde praticamente à Região Intermediária de Juiz de Fora (146 municípios), se estendendo até a porção sul da antiga mesorregião Vale do Rio Doce, atual Região Geográfica Intermediária de Ipatinga, abrangendo os municípios de Pocrané, Ipanema, Taparuba, Conceição do Ipanema e Mutum. A porção leste da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, constituída pelos municípios de Alvinópolis e Diogo de Vasconcelos tornaram-se partes integrantes da atual Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora.

As antigas mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte (105 municípios) e Central Mineira (30 municípios) deram lugar às Regiões Geográficas Intermediárias de Divinópolis (61 municípios) e Belo Horizonte (74 municípios) (Figura 3). As atuais Regiões Geográficas Intermediárias de Divinópolis, Juiz de Fora, Barbacena, Governador Valadares e Teófilo Otoni, bem como mencionado anteriormente, ocuparam parte da antiga mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte (atual Região Geográfica Intermediária de Belo Horizonte). A atual Região Geográfica Intermediária de Belo Horizonte incorporou os municípios de Brasília de Minas, Augusto de Lima, Três Marias, Felixlândia, Morro da Garça, Curvelo, Inimutaba, Santo Hipólito, Presidente Juscelino e Monjolos, situados nas parcelas norte e leste da mesorregião central mineira, atual Região Geográfica de Divinópolis, (Figura 3).

A mesorregião Campo das Vertentes (36 municípios) incorporou os municípios de Piranga, Lamim, Sapucaí Mirim, Rio Espera, Alto do Rio Doce e Cipotânea, situados na borda leste da antiga mesorregião Zona da Mata, 13 municípios da antiga metropolitana de



Belo Horizonte (Belo Horizonte, Jeceaba, São Domingos das Dores, Desterro de Entre Rios, Entre Rios de Minas, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Casa Grande, Cristiano Ottoni, Santa Rita de Caldas, Itaverava, Catas Altas da Noruega e Ouro Branco, além do município de São Vicente de Minas, anteriormente localizado na antiga mesorregião Sul/Sudoeste de Minas e se transformou na Região Geográfica Intermediária de Barbacena, composta por 49 municípios mineiros.

A mesorregião Sul/Sudoeste de Minas (146 municípios) se transformou nas Regiões Geográficas Intermediárias de Varginha (82 municípios) e Pouso Alegre (80 municípios). Neste processo, 13 municípios da antiga mesorregião Oeste de Minas (Cristais, Aguanil, Campo Belo, Santana do Jacaré, Cana Verde, Perdões, Santo Antônio do Amparo, Bom Sucesso, Ibituruna, São Roque de Minas, Vargem Bonita, Piumhi e Doresópolis) deslocaram-se para a atual Região Geográfica Intermediária de Varginha, antiga porção norte da mesorregião sul/sudoeste de Minas.

Os municípios de Andrelândia, Bocaina de Minas, Liberdade, Passa Vinte, Arantina, Bom Jardim de Minas, anteriormente situados na porção sul da mesorregião Zona da Mata, atual Juiz de Fora, passaram a constituir a atual Região Geográfica Intermediária de Pouso Alegre, antiga parcela sul da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas (Figura 3). Ademais, menciona-se que as redes urbanas, a hierarquia das cidades e as áreas conurbadas entre as regiões foram levadas em consideração na nova regionalização por regiões geográficas, além das transformações espaciais ocorridas da década de 1990 a 2010 como o crescimento populacional e a urbanização dos centros urbano-regionais. A seguir, se fará uma breve discussão sobre essas temáticas, buscando estabelecer relações sobre os intuitos de se elaborar uma nova compartimentação do território brasileiro, mas com foco para Minas Gerais, a unidade espacial escolhida nesta pesquisa.

### **Tecendo algumas discussões sobre os motivos de se elaborar uma nova regionalização**

Por que novas regionalizações são propostas? No caso das regionalizações realizadas pelo IBGE em 1990 e 2017, pode-se mencionar que foram incorporados novos critérios no processo de análise das regiões, pois as condições socioeconômicas, ambientais

e culturais destas foram alteradas. Mas, ao mesmo tempo, a nova subdivisão do território também pode fazer parte do objetivo de mascarar as mazelas que as unidades espaciais ainda vivenciam. Minas Gerais, como apresentado no tópico anterior, possui muitas dissimilaridades nas esferas sociais, econômicas e culturais. Seguindo essa linha de raciocínio, neste tópico alguns dos intuitos de se estabelecer uma nova regionalização serão explanados, quais sejam: as redes urbanas, a hierarquia de cidades, as áreas conurbadas, a Constituição de 1988 e a mudança dos eixos rodoviários.

A mudança da compartimentação do território brasileiro de mesorregiões e microrregiões para Regiões Geográficas se relaciona com a inserção de pólos e redes que reestruturaram as delimitações geográficas, algumas mais aparentes do que outras (IBGE, 2017, p.3). Usufruiu-se dos pressupostos teóricos das redes urbanas e da hierarquia das cidades, inclusive do documento de Região de Influência de Cidades (REGIC) elaborado pelo mesmo órgão estatístico em 2007 e publicado em 2008. As redes são estudadas em diversas áreas do conhecimento, inclusive, na Geografia, a partir das redes urbanas. As redes urbanas são importantes para a organização do território e para os agentes envolvidos no planejamento urbano-regional (ALVIM, 2009, p. 17). A definição da hierarquia da rede urbana brasileira, segundo o REGIC<sup>2</sup> foi realizada tendo como base 5 níveis de centralidade, que também se subdividiram em 2 ou 3 níveis hierárquicos (IBGE, 2008, p. 11).

No primeiro nível hierárquico, têm-se as metrópoles, divididas em Grande Metrópole Nacional, Metrópole Nacional e Metrópole. No caso brasileiro, a grande metrópole nacional é São Paulo e as metrópoles nacionais, Rio de Janeiro e Brasília. Belo Horizonte, se encaixa na categoria de metrópoles, juntamente com Fortaleza, Manaus, Belém, Recife, Salvador, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre. Assim, ao realizar a hierarquização de cidades de Minas Gerais, Belo Horizonte seria aquela de mais alto nível hierárquico.

O segundo grau da hierarquia é composto pelas Capitais Regionais, subdivididas em Capital Regional A, com cidades de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos, Capital Regional B, cidades por volta dos 435 mil habitantes e 406 relacionamentos e as Capitais Regionais C, representadas por cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162

---

<sup>2</sup> Sabe-se da existência do REGIC 2018, mas as autoras optaram por utilizar as informações do REGIC 2007 devido a este trabalho comparar a regionalização do IBGE 1990 com a regionalização proposta pelo mesmo órgão estatístico em 2017, anterior a formulação do REGIC 2018.

relacionamentos e vale ressaltar que em Minas Gerais não se têm cidades no nível hierárquico capital regional A, Quadro 3.

<b>Quadro 3. Hierarquização de cidades de Minas Gerais-2007</b>		
<b>NÍVEIS HIERÁRQUICOS</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
<b>Metrópole</b>	1	A metrópole de Minas Gerais é Belo Horizonte e possuía por volta de 2.232.747 milhões de habitantes à época dos estudos do REGIC (REGIC, 2007).
<b>Capital Regional A</b>	0	Para Minas Gerais não existem cidades neste grau hierárquico, mas são cidades com medianas de 955 mil habitantes.
<b>Capital Regional B</b>	3	Constituído por 3 cidades, com medianas de 435 mil habitantes. São elas: Uberlândia, Montes Claros e Juiz de Fora.
<b>Capital Regional C</b>	22	Constituído por 22 cidades, com medianas de 250 mil habitantes. São elas: Passos, Coronel Fabriciano, Itabira, Araguari, Conselheiro Lafaiete, Pouso Alegre, Varginha, Barbacena, Sabará, Patos de Minas, Teófilo Otoni, Ibirité, Poços de Caldas, Divinópolis, Sete Lagoas, Santa Luzia, Ipatinga, Ribeirão das Neves, Governador Valadares, Uberaba, Betim e Contagem.
<b>Centro Sub-Regional A</b>	10	Constituído por 10 cidades, com aproximadamente 95 mil habitantes. São elas: Vespasiano, Itaúna, Caratinga, São João Del Rei, Lavras, Araxá, Itajubá, Ubá, Ituiutaba e Muriaé.
<b>Centro Sub-Regional B</b>	17	Constituído por 17 cidades, com aproximadamente 75 mil habitantes. São elas: Janaúba, Formiga, Januária, Cataguases, Nova Lima, Viçosa, Três Corações, Ouro Preto, João Monlevade, Alfenas, Manhuaçu, Unaí, Timóteo, Pará de Minas, Patrocínio e Paracatu.
<b>Centro de Zona A</b>	47	Constituído por aproximadamente 47 cidades, que possuem medianas de 45 mil habitantes. São exemplos: Diamantina, Capelinha, Carangola, Catalão, Patrocínio e Pará de Minas.
<b>Centro de Zona B</b>	239	Constituído por aproximadamente 239 cidades, com medianas de 23 mil habitantes. São Exemplos: Nanuque, Rio Pomba, Abaeté, Mantena, Pitangui, Arcos.
<b>Centros Locais</b>	514	Constituído por aproximadamente 514 cidades, com população inferior a 10 mil habitantes e cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites de seu município. São exemplos: Rio Casca e Jequeri.

Fonte: IBGE (2000; 2008); Organização: AUTORAS (2021).

No nível Capitais Regionais B constam três cidades: Uberlândia, Montes Claros e Juiz de Fora; no nível capitais regionais C foram identificadas 22 cidades, a saber: Passos, Coronel Fabriciano, Itabira, Araguari, Conselheiro Lafaiete, Pouso Alegre, Varginha,

Barbacena, Sabará, Patos de Minas, Teófilo Otoni, Ibitaré, Poços de Caldas, Divinópolis, Sete Lagoas, Santa Luzia, Ipatinga, Ribeirão das Neves, Governador Valadares, Uberaba, Betim e Contagem (Quadro 3).

O Centro Sub-regional representa o terceiro nível na hierarquia urbana, dividindo-se em Centro Sub-regional A e Centro Sub-regional B. No Estado, no nível Centro Sub-regional A foram identificadas 10 cidades com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos, representado pelas cidades mineiras de Vespasiano, Itaúna, Caratinga, São João Del Rei, Lavras, Araxá, Itajubá, Ubá, Ituiutaba e Muriaé. Como centro sub-regional B constataram-se 17 cidades com 71 mil habitantes e 71 relacionamentos, como por exemplo, Cataguases, Janaúba, Caratinga, São Lourenço, Viçosa, Conselheiro Lafaiete e São João Del Rei (IBGE, 2008, p. 11).

O quarto grau hierárquico, o Centro de Zona, também foi compartimentado em 2 níveis: centro de zona A, representando cidades por volta dos 45 mil habitantes e 49 relacionamentos, e o Centro de Zona B, cidades com 23 mil pessoas e 16 relacionamentos. Diamantina e Capelinha, que fazem parte da mesorregião Jequitinhonha, são exemplos dos 47 municípios que constituem o grau hierárquico centro de zona A e a cidade de Nanuque da mesorregião Vale do Mucuri, pode ser considerada um centro de zona B, que em Minas Gerais é integrado por aproximadamente 239 municípios.

O quinto e último nível desta hierarquia, o Centro Local, é composto por 514 municípios com população inferior a 10 mil habitantes que atendem demandas locais, não sendo centrais para as unidades espaciais que as rodeiam. São exemplos: Rio Casca e Jequeri, localizados na mesorregião zona da mata mineira (Quadro 3).

A Região de Influência das Cidades, assim como citado anteriormente, foi um dos fatores utilizados na definição da hierarquia das cidades pelo IBGE em 2007. Ao analisar o recorte das Regiões Geográficas, percebe-se que as mesmas também usufruíram desse critério. As Regiões Geográficas Intermediárias de Teófilo Otoni, Uberlândia e Uberaba, são exemplos de áreas que foram reconfiguradas devido a estas apresentarem grande influência regional. As áreas conurbadas entre os municípios também foram levadas em consideração, demonstrando que a área de influência dos pares de municípios e/ou cidades extrapola os limites das regionalizações. A Região Geográfica Intermediária de Patos de Minas, por exemplo, perdeu parte de seu território para as Regiões Geográficas intermediárias de

Uberlândia e Uberaba, devido à fronteira entre essas unidades espaciais localizarem-se em áreas conurbadas entre essas regiões. Outro exemplo é a junção das antigas mesorregiões Jequitinhonha e Vale do Mucuri na nova Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni, a cidade pólo da região.

A ampliação e melhoria das rodovias existentes no Brasil como um todo e, inclusive em Minas Gerais, ocorrido de 1990 em diante, pode ter facilitado também a intensificação dos fluxos de bens, mercadorias e pessoas entre as Regiões Geográficas O Programa de Pavimentação de Ligações de Acesso aos Municípios-PROACESSO, merece destaque. Tendo sido implantado em Minas Gerais a partir de 2003, corroborou para a intensificação das relações entre cidades de algumas regiões, especialmente no norte do Estado. Conforme a Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas de Minas Gerais (SETOP/MG) este programa, por meio da pavimentação de rodovias estaduais e federais, objetivava aumentar a acessibilidade entre os municípios e propiciar uma melhoria da competitividade da economia mineira e o desenvolvimento das regiões de baixo dinamismo (MINAS GERAIS, 2007, p. 20).

Os eixos rodoviários são essenciais aos empreendimentos e equipamentos urbanos; afinal, permitem e/ou facilitam os fluxos de bens, mercados e pessoas a estes, tornando-os mais eficientes economicamente, afinal o deslocamento é custo. Nesse sentido, ao criar um empreendimento e/ou equipamento o investidor procura um local ótimo de instalação; os pontos de entroncamentos de rodovias, por exemplo, facilitam a chegada da matéria-prima ou consumidores de bens ou serviços e facilitam a distribuição e/ou escoamento de seus produtos acabados ou clientes.

A Constituição Federal de 1988 e as emancipações ocorridas de um censo a outro concederam aos municípios segundo Magalhães (2000) a posição de ente federado, que os deixou capazes de elaborar suas próprias leis orgânicas municipais e reestruturar seus territórios. Minas Gerais teve seus municípios passando de 723 para 853 na última década do século passado. Agregando todos os aspectos levados em consideração neste tópico: as redes urbanas, a hierarquia de cidades, a população das cidades e/ou municípios, a Constituição de 1988 e as áreas conurbadas entre as unidades espaciais, menciona-se que a cada regionalização proposta incorporam-se novos elementos que auxiliam o processo de análise do espaço geográfico de forma mais detalhada. Entretanto, uma releitura das questões

regionais, levando em consideração os grupos minoritários e seus desafios, ainda deve ser pensada e/ou aprimorada (HAESBERT, 2020, p. 15).

## Conclusões

As conceituações de região, Análise Regional e regionalizações utilizadas nesta pesquisa auxiliaram na compreensão das regionalizações propostas pelo IBGE de mesorregiões, microrregiões e Regiões Geográficas em Minas Gerais. Ao comparar as regionalizações de 1990 e 2017 do IBGE verificou-se modificações na compartimentação do território de Minas Gerais, que passou de 12 mesorregiões para 13 regiões geográficas intermediárias, devido à inserção de pólos e redes que alteraram o recorte regional de Minas Gerais.

As mudanças dos eixos rodoviários e as políticas de infraestrutura rodoviária, como o PROACesso permitiram também novas relações aos pares de municípios e/ou cidades que conseguiram distribuir melhor suas mercadorias e instalar seus empreendimentos em locais de mais fácil acesso. Além disso, deve-se mencionar a Constituição de 1988 que concedeu as unidades espaciais maior autonomia para modificar seus territórios, aspecto que pode ter contribuído para a alteração socioeconômica, ambiental, cultural e política das regiões.

A hipótese desta pesquisa foi validada, pois o IBGE levou, de fato, em consideração as redes urbanas, a hierarquia dos centros urbanos, as áreas conurbadas e as mudanças sociais, econômicas e ambientais ocorridas nas unidades espaciais para propor a regionalização de regiões geográficas. Este processo culminou em uma reestruturação regional, ora suprimindo áreas que se diferenciaram com o tempo, como a mesorregião triângulo mineiro, que se subdividiu em Uberlândia e Uberaba, ora aglutinando áreas com características similares, como as mesorregiões Jequitinhonha e Vale do Mucuri, que se transformaram na Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni.

A regionalização de 1990 preservou características socioambientais das regiões como maneira de atribuir nome as mesmas, como por exemplo, as mesorregiões Vale do Rio Doce e Vale do Mucuri, já regionalização de 2017 estava interessada em demonstrar a relação entre os polos de suas regiões geográficas, atribuindo-as ao nome da nova área criada, a exemplo, a Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni. A cerca das similaridades entre as duas

regionalizações (1990 e 2017) menciona-se que estas utilizaram como referência os limites municipais, devido ao fato de serem utilizadas como referência para a divulgação de dados estatísticos e muitos dados do IBGE serem elaborados nesta unidade espacial de análise.

De norte a sul, o Estado de Minas Gerais possui municípios e/ou cidades com diferentes graus de urbanização, porte demográfico, índices de desenvolvimento, características fisiográficas e climáticas. Sendo assim, dificilmente se conseguirá fazer uma compartimentação do território fidedigna a realidade, mas deve-se vangloriar que a cada regionalização proposta são incorporados novos aspectos, facilitando a análise do espaço geográfico.

Por fim, menciona-se que não há uma regionalização melhor do que a outra, cada uma foi elaborada em um contexto socioeconômico diferente, com objetivos e demandas distintas. Deve-se levar em conta também que à medida que o território brasileiro e, logo o mineiro for se transformando, novas regionalizações serão propostas para acompanhar tais mudanças e assessorar a proposição de políticas urbanas direcionadas.

### Agradecimentos

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de dedicação exclusiva ao mestrado concedida.

### Referências

AMORIM FILHO, O. B.; ABREU, J. F. Ciudades intermédias y tecnópolis potenciales en Minas Gerais-Brasil. **Tiempo e Espacio**, Chillan (Chile), Universidad del Bio-Bio, n.9-10, p. 23-32, 2000. Disponível em: <http://revistas.ubiobio.cl/index.php/TYE/article/view/1625>. Acesso em: 20 abr.2021.

AMORIM FILHO, O. B. A pluralidade da Geografia e as Abordagens Humanistas/Culturais. **Caderno de Geografia**, v.16, n.26, p.35-58, 2006. Disponível em: [http://bib.pucminas.br/arquivos/350000/351600/25\\_351611.htm](http://bib.pucminas.br/arquivos/350000/351600/25_351611.htm). Acesso em: 07 abr. 2021.

ALVIM, A.M.M. **Análise da Rede Urbana de Minas Gerais a partir de fluxos migratórios**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select\\_action=&co\\_o\\_bra=189625](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select_action=&co_o_bra=189625). Acesso em: 19 mar. 2021.

BERTOLUCCI, L. Dinâmica demográfica e a recente divisão regional do Brasil: as regiões geográficas de Uberlândia, Patos de Minas e Uberaba localizadas no estado de Minas Gerais. In: BERTOLUCCI JR, L. (Org). **Dinâmica demográfica e a recente divisão regional do Brasil**: as regiões geográficas de Uberlândia, Patos de Minas e Uberaba localizadas no estado de Minas Gerais, v. 1/5, 2019, p.1-11. Disponível em: [http://www.ieri.ufu.br/system/files/conteudo/cepes\\_pe\\_aesdrgiu\\_2019\\_vol01\\_dinamica\\_demografica\\_e\\_recente\\_divisao\\_regional\\_1.pdf](http://www.ieri.ufu.br/system/files/conteudo/cepes_pe_aesdrgiu_2019_vol01_dinamica_demografica_e_recente_divisao_regional_1.pdf). Acesso em: 19 Fev. 2021.

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz -16ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2003. 7ª ed. Série Princípios.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C; CORRÊA, R.L. (Orgs.). **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p-11-47, 2007.

DINIZ, A. M.A; BATELA, W. B. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade e Natureza**. Uberlândia, p. 59 -77, 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9208>. Acesso em: 07 abr. 2021.

DOLLFUS, O. **O Espaço Geográfico**. 3 ed. Rio de Janeiro – São Paulo, 1978.

HAESBERT, R. Região, Regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares**, Caxias do Sul, nº3. p.-2-24, Jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/416>. Acesso em: 13 abr. 2021.

HAESBERT, R. Regionalizações Brasileiras: antigos e novos legados. **Confins-Revue franco-brésilienne de Géographie**. São Paulo, n. 44, p. 1-18, 2020. Doi: <https://doi.org/10.4000/confins.26401>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades, 2007-REGIC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão político administrativa do Brasil**, 2015. Disponível em: [www.ngb.ibge.gov.br](http://www.ngb.ibge.gov.br). Acesso em: 07 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017**-Rio de Janeiro: IBGE, 2017.



LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

MAGALHÃES, J. L. **Quadros de Poder Municipal**. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas. **Plano Estratégico de Logística de Transportes (PELT Minas)**- Belo Horizonte: SETOP/MG, 2007. Disponível em:  
<http://www.infraestrutura.mg.gov.br/images/documentos/pelt/PELT%202007.pdf>.  
Acesso em: 15 dez. 2021.

REGIÃO. In: FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986, p.1474.

SOARES, T. L. **Indicador de desenvolvimento municipal (2000-2010): atlas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)**. 2015. Dissertação (mestrado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em:  
[http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial\\_SoaresTL\\_1.pdf?ga=2.56541035.1352067646.1602511681-672512445.1596724161](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_SoaresTL_1.pdf?ga=2.56541035.1352067646.1602511681-672512445.1596724161). Acesso em: 23 Out.2020.